

## UM ESTUDO CRÍTICO A RESPEITO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA SOCIEDADE DO CAPITAL

### A CRITICAL STUDY ABOUT THE SCHOOL EDUCATION IN SOCIETY OF THE CAPITAL

Marcos Vinícius Guimarães de Paula

<marcosviniciusguimaraesdepaula@outlook.com>

Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias, área de concentração em Educação, Escola e Tecnologias – Programa de Pós-graduação interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – Universidade Estadual de Goiás, câmpus de Ciências Sócio-econômicas e Humanas, Anápolis, Goiás.  
<http://lattes.cnpq.br/3312559284732501>

João Henrique Suanno

<suanno@uol.com.br>

Pós-doutor em Educação, área de concentração em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação Universidade de Barcelona. Professor de Universidade Estadual de Goiás, câmpus ESEFFEGO, Goiânia, Goiás, Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/0083918417985786>

Livia Alessandra de Carvalho Teles

<Liviale23@hotmail.com>

Graduada em Licenciatura em Educação Física – Universidade Estadual de Goiás, câmpus Eseffego, Goiânia, Goiás.  
<http://lattes.cnpq.br/4671731677335835>

#### RESUMO

O presente estudo consiste em uma análise crítica sobre a educação escolar na sociedade do capital, destacando que ela está a serviço da ideologia capitalista ao negar à classe trabalhadora o conhecimento sistematizado construído cultural e historicamente, contribuindo dessa maneira para a conservação social e também para a manutenção do *status quo*. Esse ensaio ainda reflete a respeito da importância da instituição escolar ser repensada pelo professor, destacando que a escola tem uma contribuição social ímpar de possibilitar o processo de humanização, isto é, de democratização dos saberes, permitindo que os conteúdos e os saberes construídos cheguem à classe trabalhadora. É tematizado ainda sobre a atuação do docente como agente de mudança social, que ajuda no processo de socialização do conhecimento. Ademais, o trabalho exemplifica e analisa o ensino de língua na escola em uma perspectiva crítica e de transformação social, enfatizando a contextualização com a vida e a realidade do aluno, e sem negligenciar os contextos histórico, social e cultural, o que possibilitará um ensino de língua com sentido e significado. Para a construção desse ensaio teórico, as ideias de Gramsci (2001), Bourdieu (1998), Mészáros (2005) e Saviani (2003), (2008) foram importantes para a discussão no que concerne à escola em relação com a ideologia dominante capitalista. E, as leituras de Stubbs

(2002) e Bourdieu (1998) permitiram dialogar sobre o ensino de língua em uma perspectiva crítica, voltada à transformação social.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação escolar; atuação docente; socialização do conhecimento.

#### ABSTRACT

The present study is a critical analysis of school education in the society of the capital, highlighting that it is in the service of capitalist ideology to deny the knowledge systematized built cultural and historically to working class, thus contributing to social conservation and also for maintaining the status quo. This essay also reflects the importance of the school to be rethought by the teacher, pointing out that the school has a unique social contribution which allows the process of humanization, that is, for knowledge democratization, allowing that built contents and knowledge reach the working class. It is also themed about teacher performance, as an agent of social change that helps in the process of socialization of knowledge. Moreover, the work exemplifies and analyzes the language teaching at the school in the critical perspective and of social change, emphasizing the contextualization with the student's life and reality, and without neglecting the historical, social and cultural contexts, which it will enable the language teaching with meaning and significance. For the

construction of this theoretical essay, Gramsci's ideas (2001), Bourdieu (1998), Mészáros (2005) and Saviani (2003) (2008) were important to the discussion regarding the school in relation to the dominant capitalist ideology. And, readings of Stubbs (2002) and Bourdieu (1998) allowed

dialogue about the language teaching in a critical perspective, focused on social transformation.

**KEYWORDS:** school education; teaching performance; socialization of knowledge.



## INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista é quem rege as regras na sociedade. A ideologia do capital governa toda a vida humana, desde o trabalho, o lazer e até mesmo a escola.

A educação escolar na sociedade do capital exerce eficientemente a sua função de contribuir na conservação social, isto é, na manutenção do *status quo*. E faz isso, ao negar a socialização do conhecimento. Desse modo, o presente estudo propõe discutir a educação escolar na sociedade do capital, enfatizando que a escola serve o capital. Objetiva também problematizar a importância do trabalho do professor como agente de mudança social e não de conservação, exemplificando brevemente com o ensino de língua.

No tocante à fundamentação teórica, o estudo apóia-se em Brandão (2003) para pensar sobre a educação e os espaços onde essa se desenvolve. As reflexões de Gramsci (2001), Bourdieu (1998), Mészáros (2005) e Saviani (2003), (2008) foram essenciais para a discussão da escola em sua relação com a ideologia do capital. E, as leituras de Stubbs (2002) e Bourdieu (1998) possibilitaram pensar o ensino de língua de maneira crítica, para além da reprodução do pensamento e da ideologia capitalista.

## EDUCAÇÃO E ESCOLA: DIÁLOGOS CRÍTICOS NECESSÁRIOS

Para compreender a educação escolar dentro da lógica do capital, faz-se necessário começar a discussão pelo próprio entendimento e pelo conceito de educação, para que assim seja possível estabelecer diálogos reflexivos a respeito da função da escola enquanto instituição social, bem como sobre a importância da intervenção docente nessa sociedade caracterizada pelo modo de produção capitalista.

De acordo com Brandão (2003), cabe destacar que não há uma forma única de educação, nem tampouco um único espaço destinado a ela, pois não é somente na escola que a educação se desenvolve e acontece. O ensino escolar não é a única possibilidade de ensino e o professor também não é o único agente que movimenta, trabalha e representa a educação. Para o autor, a educação está para além dos muros escolares, estando também nas ruas, na televisão, nos jornais, nas revistas, nas igrejas, nas praças, isto é, em qualquer espaço em que pode haver construção de saberes.

Nessa direção, a educação é compreendida neste ensaio como um processo histórico-social, no qual se entende que para cada momento histórico existe uma proposta de educação, visando um modelo de ser humano a ser formado, bem como de sociedade a ser construída.

Para Brandão (2003), na Grécia Antiga, por exemplo, a educação, chamada de Paidéia era inicialmente comunitária. Entretanto, com o desenvolvimento da sociedade, a educação passa a ser específica, ou seja, existia uma educação destinada aos nobres, outra para plebeus e nenhuma para os escravos. Em Roma, na Itália, a educação tinha como objetivo central formar o trabalhador na oficina de trabalho e o cidadão era educado para também empregar o seu conhecimento na sociedade. Diferentemente, na Antiga Europa, a escola surge com o desenvolvimento do cristianismo objetivando uma educação para salvar as almas, demonstrando assim o forte teor religioso que marcava a educação e a escola.

Dessa forma, concorda-se com o pensamento de que a educação atende a determinados interesses históricos, uma vez que cada período histórico exige um modelo de educação. Sendo assim, vale dizer que existe uma educação para cada sociedade, para cada modelo social em que essa está organizada. Ora, é fato que a educação muda de acordo com os interesses sociais, políticos e econômicos envolvidos.

Assim, verifica-se que desde suas raízes históricas a educação tende a atender as necessidades do capital. Na verdade, defende-se a ideia de que a educação esteve e está, nos dias atuais, contribuindo para a perpetuação do abismo da distinção de classes sociais como será discutido mais a frente nesse trabalho.

Esse estudo concebe a educação de acordo com Saviani (2003) em sua pedagogia histórico-crítica que vê a educação tendo como referência o modo de produção social, almejando

explicitar como as mudanças na forma de produção da existência humana desencadeiam novas formas de se pensar e efetivar a educação.

Nessa perspectiva, acredita-se que um conceito chave para se pensar a educação em viés crítico e político consiste na categoria trabalho, que por sua vez se refere à ação de transformação na e da natureza por parte do ser humano, permitindo que ele saia do reino das necessidades para o reino da liberdade. Dessa maneira, dentro da categoria trabalho, Saviani (2003) compreende a educação como trabalho não-material que produz ideias, valores, símbolos, costumes e hábitos. É válido dizer que no trabalho não-material, como é o caso da educação, o produto não se separa do ato de produção, isto é, produção e consumo são indissociáveis. A esse respeito, Saviani (2003, p. 07) advoga que:

[...] a produção não-material coincide com a produção do saber. De fato, a produção não material, isto é, a produção espiritual não é outra coisa se não a forma pela qual o homem apreende o mundo, expressando a visão daí decorrente de distintas maneiras. Eis que se pode falar de diferentes tipos de saber ou de conhecimento, tais como: conhecimento sensível, intuitivo, afetivo, conhecimento intelectual, lógico, racional, conhecimento artístico, estético, conhecimento axiológico, conhecimento religioso e, mesmo, conhecimento prático e conhecimento teórico.

Do ponto de vista crítico, a educação tem fundamental importância seja ela desenvolvida onde for, mas, principalmente a escolar, pois o homem não nasce sabendo pensar, refletir e agir. Para isso, é necessário entender que o processo educativo é um vir-a-ser constante que ajudará o homem a ser e se compreender efetivamente com um ser no mundo. O trabalho educativo é essencial, pois “o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e agir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo” (SAVIANI, 2003, p. 07).

Nesse sentido, a educação existe no imaginário das pessoas, na ideologia dos grupos sociais, na escola, sendo percebida dentro de um domínio de trocas de símbolos, intenções, cultura e de relações de poder. A educação transmite valores, crenças e princípios que podem conservar ou transformar a sociedade. Daí surge a necessidade de refletir, com base em Saviani (2003), a respeito da educação escolar dentro de uma perspectiva crítica, que valoriza o conhecimento e não o nega para a classe trabalhadora.

Concorda-se com a ideia de que a educação escolar é um ato de humanização, revelando-se, portanto, como uma perspectiva de condução da humanidade. Na verdade, o fim a se atingir na escola é a transmissão e a construção do saber sistematizado. Sob essa ótica, cabe refletir que o trabalho educativo

É o ator de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2003, p. 13).

A escola tem uma contribuição social ímpar de possibilitar o processo de humanização, isto é, de democratização dos saberes, permitindo que os conteúdos e os saberes construídos histórica e culturalmente cheguem a todos. O que se percebe, no entanto, é que esses saberes chegam apenas às classes dominantes, enquanto as camadas populares são impedidas de ter mobilidade social, em função de não terem a chance de ter o conhecimento.

Segundo Saviani (2003), a educação, dentro da pedagogia histórico-crítica tem como finalidade a socialização do conhecimento, permitindo assim ao indivíduo SER humano. Em síntese, a tarefa da educação consiste na:

A) identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação. B) Conservação do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares. C) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação (SAVIANI, 2003, p. 09).

Vale refletir que a função da educação escolar para além do capital é reverberar o conhecimento. A escola não pode perder esse foco, nem negligenciá-lo. O saber precisa ser o objetivo principal da escola. Assim,

O saber que diretamente interessa a educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2003, p. 07).

Nesse sentido, Saviani (2003) chama a atenção para a relação entre o que é essencial e o que é secundário para se trabalhar na escola. O que se tem verificado nos diversos espaços escolares é a perda da função de socialização do saber elaborado. Para Saviani (2003), os currículos escolares estão repletos de projetos extracurriculares que acabam por tirar o foco do conhecimento. Vê-se, assim, a necessidade da escola voltar seus olhos para o conhecimento.

## **REPENSANDO O PAPEL DA ESCOLA E A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA SOCIEDADE DO CAPITAL**

Como visto anteriormente, a escola e a educação estão sujeitas a um devir histórico e social, sendo que para cada momento da história há uma proposta educacional que atenda os interesses sociais vigentes. Para Gramsci (2001), é necessária uma escola que forneça uma educação objetivando uma formação cultural.

Sendo assim, no atual momento histórico do século XXI o que se vê é uma instituição escolar atendendo aos interesses do capital. De um lado, as escolas particulares que recebem às classes dominantes socializam os conhecimentos construídos historicamente, e do outro, a escola pública nega esses saberes à classe trabalhadora. Dessa forma, ocorre a manutenção do status *quo*, em que pobre recebe educação de pobre e rico recebe educação de rico, refletindo na clara e gritante distinção social de classes. Portanto, a lógica do capital deseja mostrar que a pobreza é natural, quando na verdade é socialmente construída.

Com base em Gramsci (2001), Mészáros (2005), Bourdieu (1998), os quais alguns serão brevemente discutidos neste trabalho, pode-se afirmar que a escola está contribuindo para o capitalismo. Ora, a escola está a serviço do capital, uma vez que nega o conhecimento construído historicamente às camadas populares. E uma vez negado o conhecimento, de acordo com Bourdieu (1998), a classe trabalhadora não terá possibilidade de ascensão social e continuará a ser explorada. Portanto, a escola serve à ideologia capitalista, contribuindo para a conservação social.

Nesse pensar, entende-se que a educação moderna está voltada para a formação para o trabalho, atendendo as demandas do capital. O que se percebe hoje é uma política de certificação, na qual a escola pública vem formar o trabalhador que ocupará os espaços marginalizados e explorados nos campos diversos de trabalho.

Pode-se afirmar sem sombra de dúvidas que a escola pública não tem consciência de classe trabalhadora. Trata-se de uma escola pública que forma os empregados para servir a classe

dominante, em que o estado acaba atendendo aos interesses da ideologia social dominante, e conseqüentemente, atendendo a manutenção da exploração da classe trabalhadora.

A tese de Gramsci (2001) alerta nos que cada tempo histórico-social exige um modelo de educação. E assim, o que se identifica na contemporaneidade, é que não há uma educação escolar pública que socialize com qualidade o conhecimento; o que está em plena consonância com os interesses do capital. O objetivo da educação na sociedade moderna do capital é ensinar o indivíduo a produzir. Por isso, os conteúdos construídos historicamente e culturalmente são negados às camadas populares, não havendo assim o processo de humanização.

Verifica-se que não há uma defesa da formação teórica por parte da escola, mas pelo contrário, evidencia-se uma formação técnica. Sob a ótica de Gramsci (2001), cabe mencionar que se está realizando uma educação pública tecnicista destinada a formação de um novo homem, robotizado, controlado, que não sabe refletir, mas apenas executa uma atividade técnica. Gramsci (2001, p. 248) discorre que “na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de homem, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”.

Na lógica do capital, o novo homem deve receber formação técnica hábil para desenvolver bem a sua função, principalmente nas indústrias onde terá sempre suas energias sugadas e sua vida controlada para estar em boas condições de ser explorado pelo sistema do capital e render a ele lucro. Sua vida é tão controlada pelo capitalismo, que até mesmo o ócio e a atividade sexual são alvos de controle. Para comprovar, vale observar:

Como os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado (GRAMSCI, 2001, p. 252).

Assim, a escola torna-se o espaço que atenderá a formação desse homem adestrado, domesticado, técnico e rentável. É na escola que se começará a racionalização da produção, valorizando a formação unicamente técnica e não teórica e crítica. Nesse pensamento, compreende-se que a escola está desenvolvendo sua função dentro da lógica do capital da não socializar o saber, e logo, a escola não está fracassando, na verdade, ela está extremamente eficiente em não dar a formação teórica, contribuindo para a manutenção da distinção de classes.

Nesse caminho, Bourdieu (1998) indica que a escola é um ambiente que reforça as desigualdades sociais, ou seja, concebe a escola como reprodutora da sociedade capitalista, negando a possibilidade de mobilidade social à classe trabalhadora por meio do conhecimento.

Ao dizer que a escola é eficaz na legitimidade das desigualdades sociais, Bourdieu (1998), nos permite refletir sobre uma forte contradição da escola pública: Como socializar o conhecimento na sociedade do capital, na qual não há a possibilidade dessa socialização? Como democratizar o ensino em uma sociedade fundamentada no modo de produção capitalista que precisa da segregação para se manter viva?

Verifica-se, portanto, que o contexto educacional atual tornou-se um processo de seleção natural, no qual os melhores, isto é, aqueles que tiveram a oportunidade do conhecimento, se sobressaem, ao passo que a maioria da população trabalhadora fica marginalizada, ocupando os espaços sociais deixados pela elite burguesa. Nessa seleção do melhores feita pelo capitalismo, aponta-se que um sistema de ensino

Só pode funcionar perfeitamente enquanto se limite a recrutar e a selecionar os educandos capazes de satisfazerem às exigências que se lhe impõem, objetivamente, ou seja, enquanto se dirija a indivíduos dotados de capital cultural (e da aptidão para fazer frutificar esse capital) que ele pressupõe e consagra, sem exigí-lo explicitamente e sem transmiti-lo metodicamente (BOURDIEU, 1998, 57).

Ainda sobre a ênfase dada por Pierre Bourdieu à escola como espaço de segregação, de perpetuação das desigualdades sociais e conservação social, vale destacar as críticas tecidas pelo teórico:

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, **a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima** (BOURDIEU, 1998, p. 58, grifo nosso).

Outra crítica feita por Bourdieu (1998) que merece espaço de reflexão refere-se à ideia positivista de cada indivíduo é responsável pelo seu sucesso. Nesse pensamento, basta o indivíduo ser merecedor que o sucesso virá, como se o modo de produção capitalista não fosse o detentor das relações de poder na sociedade. Aqui, paira a concepção de que o sucesso escolar e na vida do indivíduo é única e exclusivamente depende dele próprio. Contudo, Bourdieu (1998, p. 59), desmascara a ideologia do capital dizendo que:

O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons. Enfim, aqueles que a escola “liberou”, mestre e professores, colocam sua fé na escola libertadora a serviço da escola conservadora, que deve ao mito da escola libertadora uma parte de seu poder de conservação. Assim, o sistema escolar pode, por sua lógica própria, servir à perpetuação dos privilégios culturais sem que os privilegiados tenham de se servir dele. Conferindo às desigualdades culturais uma sanção formalmente conforme aos ideais democráticos, ele fornece a melhor justificativa para essas desigualdades.

Assim sendo, a proposta de Gramsci (2001) para educação é que se faça uma revolução transformadora e não uma revolução passiva, isto é, possibilitando formação teórica. Conforme dialoga Saviani (2003), a mudança social somente viria com a escola socializando o conhecimento e o saber, possibilitando assim, quem sabe, que a classe trabalhadora tenha chances maiores de ter ascensão e mobilidade social, contudo questiona-se: como socializar o conhecimento numa sociedade do capital em que o conhecimento é restrito? Para Gramsci (2001), é necessária uma escola que forneça uma educação para todos objetivando uma formação cultural.

Como caminho de intervenção social, objetivando a queda da escola conservadora, e conseqüentemente, a mudança social, Bourdieu (1998) alerta:

Com efeito, além do fato de que toda tentativa de impor tarefas e disciplinas escolares aos organismos marginais de difusão cultural encontraria resistências ideológicas por parte dos responsáveis por esses organismos, podemos ainda interrogar-nos sobre a verdadeira função da política que consiste em encorajar e sustentar tais organismos marginais e pouco eficazes, enquanto não se tiver feito tudo para obrigar e autorizar a instituição escolar a desempenhar a função que lhe cabe, de fato e de direito, ou seja, a de desenvolver em todos os membros da sociedade, sem distinção, a aptidão para as práticas culturais que a sociedade considera como as mais nobres (BOURDIEU, 1998, p. 62).

Nessa direção, pensando em uma educação para além do capital, Mészáros (2005) relata que não adianta serem realizadas reformas educacionais, pois a “incorrigibilidade da lógica perversa do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p. 35) sempre converterá tudo em mercadoria para favorecê-lo. Admiti-se que nenhuma reforma educacional será capaz de contribuir para uma transformação efetiva da sociedade. Daí, o imperativo do rompimento com o capital, para que haja uma mudança estrutural, conforme anuncia Mészáros (2005)

Sob esse prisma, pensar uma educação para além do capital é propor uma educação voltada à classe trabalhadora, que atenda os interesses da classe trabalhadora, conferindo a possibilidade de mobilidade social. Para que isso ocorra, acredita-se que dois conceitos de Mézáros (2005) são fundamentais: a universalização da educação e a universalização do trabalho.

A esse respeito, dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: a *universalização da educação* e a *universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora*. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra. Tampouco é possível pensar na sua estreita inter-relação como um problema para um futuro muito distante. Ele surge “aqui e agora”, e é relevante para todos os níveis e degraus de desenvolvimento socioeconômico (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Dessa maneira, a universalização da educação contribuirá para que o conhecimento seja democratizado e socializado, indo de encontro a uma proposta de educação emancipadora.

Entra no cenário desta discussão a relevância do trabalho docente que dará sua contribuição de mudança ou de conservação social na escola inserida na sociedade do capital. A atuação docente é fundamental, pois sua ação pedagógica sempre refletirá em um modelo de homem e de sociedade que se quer ajudar a formar. O presente trabalho concorda com a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2003) e a necessidade de se compreender a educação no seu “desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação.” (SAVIANI, 2003, p. 93).

Aqui, defende-se que o professor trabalhe com consciência crítica e política, valorizando a formação teórica e focando sua ação docente na socialização do saber, uma vez que o professor, “enquanto alguém que, de certo modo, apreendeu as relações sociais de forma sintética, é posto na condição de viabilizar essa apreensão por parte dos alunos, realizando a mediação entre o aluno e o conhecimento que se desenvolveu socialmente.” (SAVIANI, 2004, p. 144).

Além disso, é válido discorrer a respeito do papel social da universidade, caracterizada como espaço destinado à pesquisa e à ciência, que tem se apresentado, talvez, como uma única possibilidade de pensar os rumos da sociedade. Nesse entendimento, a universidade tem grande poder de mudança social ao contribuir na formação de professores que desenvolverão suas práticas educativas com consciência política e com comprometimento com a ruptura da conservação social.

## BREVE ANÁLISE DO ENSINO DE LÍNGUA NA ESCOLA: UMA VISÃO CRÍTICA

Com o propósito de exemplificar, brevemente, a importância do trabalho do professor na ruptura da legitimação da desigualdade social, o presente ensaio opta em problematizar a questão do ensino da língua a ser tratada nas escolas.

No trabalho com a língua nas escolas torna-se essencial discutir com os alunos a relação da própria língua com a cultura dentro de um período histórico. Um objetivo a ser atingido no ensino de língua é reconhecer as variações linguísticas, destacando o respeito às questões culturais vinculadas a língua, de modo a contribuir com a desconstrução dos preconceitos linguísticos. Assim, “a escola tem que respeitar a (s) língua (s) do aluno.” (STUBBS, 2002, p. 111). Desta forma, enfatiza-se que o ensino de língua não pode ser tratado sem estabelecer relação com a cultura, uma vez que

Uma discussão sobre a língua na educação deve, portanto, relacionar a aprendizagem da língua, num sentido relativamente restrito, a questões de cultura e sociedade. A educação é necessariamente um processo de controle social e de engenharia social. Muitos professores são hostis a esses conceitos, mas é ingênuo pensar que poderia ser diferente. É uma razão a mais entendermos as relações entre língua e desenvolvimento, aprendizagem e ensino, direitos individuais e obrigações sociais (STUBBS, 2002, p. 92).

A respeito da importância da valorização do contexto cultural no ensino de língua, Bourdieu (1998, p.56) exemplifica com o ensino universitário:

[...] A linguagem universitária é muito desigualmente distante da língua efetivamente falada pelas diferentes classes sociais, não se pode conceber educandos iguais em direitos e deveres frente à língua universitária e frente ao uso universitária da língua, sem se condenar a creditar ao dom um grande número de desigualdades que são, antes de tudo, desigualdades sociais. Além de um léxico e de uma sintaxe, cada indivíduo herda, de seu meio, uma certa atitude em relação às palavras e ao seu uso o que prepara mais ou menos para os jogos escolares, que são em sempre, em parte, na tradição francesa de ensino literário, jogo de palavras.

Tratar o ensino de língua de acordo com a realidade das crianças, isto é, contextualizar esse ensino é uma forma de “não depreciar a língua materna delas. É quase inútil corrigir a língua falada das crianças.” (STUBBS, 2002, p. 111).

Neste caminho, problematizar as relações de poder presentes na língua é um possível caminho de intervenção dentro de uma proposta de transformação social na ação docente nas

escolas. É necessário que o aluno compreenda que a ideologia se materializa na língua e na linguagem, pois a palavra reflete ideologicamente.

Ademais, entende-se que é relevante ensinar a língua padrão, por que o educando será cobrado nos diversos espaços sociais, seja no mercado de trabalho, no vestibular, no concurso público e etc., contudo urge discutir com os alunos o contexto da língua, o regionalismo, o poder da palavra, a língua e as relações de poder, a adequação da língua aos espaços e lugares.

Portanto, pensando a escola no viés da transformação social, cabe destacar a necessidade de se ensinar a norma culta, para que o aluno das camadas populares tenha a possibilidade de sobreviver na lógica do capital, pois de acordo com o pensamento de Bourdieu (1998, p. 35): “no processo que conduz à elaboração, legitimação e imposição de uma língua oficial, o sistema escolar cumpre a função de “fabricar” as semelhanças das quais resulta a comunidade de consciência que é o cimento da nação.”

O que se identifica na atualidade é a negação da escola em relação ao trabalho com consciência política e social no ensino de línguas que venha corroborar com a socialização dos saberes e permita uma maior mobilidade social da classe trabalhadora. Para verificarmos, podemos recorrer à Stubbs (2002, p. 96) que exemplifica com a questão da alfabetização no século XIX: “muita gente alegava que era perigoso demais estender o letramento às classes trabalhadoras: isso poderia levar a um encolhimento da força de trabalho manual e à agitação social se as camadas trabalhadoras tivessem acesso a literatura sediciosa.”

De fato, esse trabalho compreende que ensinar única e exclusivamente a língua culta é uma maneira de contribuir para dominação hegemônica, pois se nega as demais culturas, refletindo na escola conservadora. Ou seja, é preciso uma visão sócio-lingüística, valorizando a norma oficial, mas sem negligenciar os contextos histórico, social, cultural e econômico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreende-se que a educação não ocorre apenas no espaço da escola, também estando presente em lugares onde há a construção de saberes, bem como a propagação de valores, ideias, crenças, ideologias e de conhecimento. Por isso, a educação se faz na rua, no bar, na igreja, na televisão, na internet, nas revistas, ou seja, está por toda parte, demonstrando que o professor não é o único agente educativo.

Nesse caminho, a educação formal, desenvolvida na escola é entendida dentro da lógica do capital, estando na verdade, a serviço dessa ideologia. Há de se perceber que a educação também é controlada pelo capitalismo, de tal forma que a classe trabalhadora não tem acesso ao conhecimento e ao saber construído historicamente, dificultando e/ou impossibilitando sua mobilidade social.

O presente ensaio defende uma escola pública que não negue o saber às camadas populares, mas o socialize, ou seja, uma escola que não seja conservadora social e sim transformadora. Para isso, esse estudo acredita na importância do trabalho docente em uma concepção crítica e política, por entender que a atuação docente é um (e não o único) fator importante para que a escola não continue exercendo sua função de conservação social. Não se está aqui atribuindo a responsabilidade das problemáticas educacionais ao professor. O presente trabalho defende que o docente exerce um papel relevante na transformação social, ajudando no processo de humanização, que para Saviani (2003) se dá na valorização e, sobretudo, na socialização do conhecimento construído historicamente.

Pensando na ação educativa no ensino de língua concorda-se que é necessária a contextualização desse ensino com a vida do aprendiz, valorizando sua língua, além da discussão a respeito das relações de poder que há na língua e suas relações com a cultura.

Desse modo, esse trabalho consiste em um breve ensaio sobre a problemática em discussão, sendo fundamental aprofundar na temática complexa que a educação escolar na sociedade do capital representa a fim de contribuir para a reflexão da escola como um espaço de humanização que democratiza o saber.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Escritos de educação. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1998. \_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1998, p. 23-52.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marcos Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 4.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. revista e ampliada – Campinas, SP: Autores Associado, 2003. \_\_\_\_\_. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

STUBBS, Michael. A língua na educação. In: BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. Língua materna: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 85-162.



*Submissão: 10 de junho de 2015*  
*Avaliações concluídas: 06 de agosto de 2015*  
*Aprovação: 29 de março de 2017*

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO?

PAULA, Marcos Guimarães; SUANNO, João Henrique; TELLES, Alessandra Carvalho. Um Estudo Crítico A Respeito Da Educação Escolar Na Sociedade Do Capital. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 17, N. 01, p. 256-269 de 415, jan./jun., 2017. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >